

Educação Física, Diversidade e Inclusão escolar

EVELLINE CRISTHINE FONTANA





Caros alunos,

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa Adobe Reader 11.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto as setas laterais podem lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse *pdf*, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!





SUMÁRIO





Apresentação

Sejam bem-vindos à disciplina de Educação Física, Diversidade e Inclusão. Este *e-book* foi organizado a fim de apresentar alguns aspectos teóricos e metodológicos da disciplina.

O *e-book* está organizado em três unidades de ensino, a partir de grandes temáticas que relacionam Educação Física, Diversidade e Inclusão na escola. Porém, o conteúdo aqui apresentado não contempla todo o universo de conhecimentos das temáticas que a disciplina abrange.

As unidades que nortearão os conteúdos da disciplina são as seguintes:

Unidade I – Inclusão e diversidade na escola

Nessa unidade são apresentadas as concepções de inclusão e diversidade na escola, assim como reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade humana.



Unidade II – O movimento histórico e político para o processo de inclusão escolar no Brasil

A unidade II traz elementos que contribuem para a compreensão da concepção de inclusão nas políticas educacionais inclusivas no contexto nacional.

Unidade III – Por uma Educação Física inclusiva

A partir da reflexão feita nas primeiras unidades de ensino, a terceira unidade tem como finalidade apresentar aspectos teóricos e metodológicos da Educação Física pensada para a participação e aprendizagem de todos, denominada Educação Física inclusiva.

Diante do exposto, a disciplina e o presente material de apoio têm como objetivo contribuir para a aprendizagem e reflexões sobre uma escola que atenda pedagogicamente a todos os alunos, a fim de que todos tenham acesso a diversos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, e, especificamente, sugerir encaminhamentos concretos para uma Educação Física inclusiva.

Bons estudos, reflexões e ações!!!





Introdução

Se há a necessidade de falarmos e refletirmos sobre a inclusão, devemos considerar que a exclusão ainda está presente no contexto da escola. Essa é uma afirmação que condiz com o contexto histórico da Educação Física na escola. A Educação Física no Brasil foi higienista, militarista e competitivista (esportivista), tendo uma trajetória de exclusão e marginalização de alunos que não apresentassem um padrão de aptidão física posto como ideal. É importante compreender que os processos históricos dentro de uma sociedade não ocorrem de forma isolada e desconexa de questões políticas, sociais e de interesses de uma sociedade capitalista.

Nesse sentido, a concepção de inclusão vai além de o sujeito estar presente no espaço físico escolar. Ela está relacionada a sentir-se parte de um coletivo e ter acesso aos processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, o *e-book* foi organizado em unidades de ensinamentos que apresentam concepções teóricas e metodológicas a respeito da inclusão e das diversidades em ambientes de ensino e, especificamente, no universo das aulas de Educação Física.

Unidade I

Inclusão e Diversidade na Escola

O que é Diversidade e Inclusão?

A diversidade é entendida como tudo que é diferente de algo ou de outro, está atrelada à variedade, à pluralidade e à diferença. O grande problema está nos mecanismos sociais que transformam as diferenças em desigualdades. Nesse sentido, podemos entender que a inclusão está relacionada com a diversidade humana.

Figura 1 - Inclusão

INCLUSÃO



Presente na
escola

Nos processos
de ensinosa
aprendizagens

Fonte: A autora.



A diversidade humana vai além das diferenças relacionadas aos alunos que possuem algum tipo de deficiência, pois compreende as diferenças de gêneros, religiosas, étnico-raciais, socioculturais e também os alunos com necessidades educacionais especiais, entre outros fatores que evidenciam, a partir da lógica da classe dominante, algum tipo de diferença.

A diversidade humana compõe o espaço escolar, mas, pelos mecanismos sociais, a diferença é exaltada para promover movimentos de exclusão e segregação. Por isso, há necessidade de discutirmos e pensarmos a inclusão escolar.

O termo “inclusão escolar” surgiu em meados dos anos 1990, em políticas educacionais para substituir o termo “integração”. Nos textos políticos, a inclusão escolar está atrelada a alunos com necessidades educacionais especiais, conforme afirma Mendes (2006, p. 394):

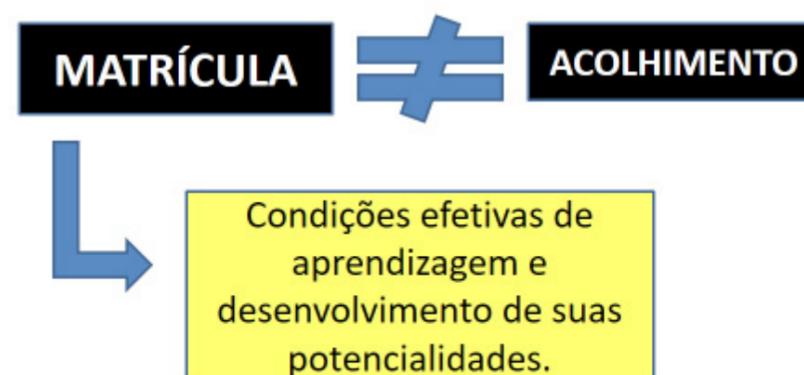
A ‘educação inclusiva’ pressupunha a colocação de todos os estudantes como membros de uma classe comum, mas deixava abertas as oportunidades para estudantes serem ensinados em outros ambientes na escola e na comunidade. A retirada da criança da classe comum seria possível nos casos em que seus planos educacionais individualizados previssem que seria improvável derivar benefícios educacionais da participação exclusiva na classe comum. (Grifo no original).

É possível perceber que o Estado, naquela década, legitimava a segregação e a separação dos diferentes no espaço escolar. Entretanto, a concepção de inclusão educacional é mais ampla. Compreende fazer

da escola um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os sujeitos pertencentes à diversidade humana, sem discriminação de raça, gênero, religião, características pessoais e outros aspectos que nos diferenciam como seres humanos resultantes de um processo histórico, social e cultural.

No contexto atual, as políticas educacionais inclusivas preveem o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais preferencialmente em classes comuns das escolas. Essa é uma realidade que está presente nos textos legais. Entretanto, é inegável o seguinte questionamento: E como a escola está para receber alunos com necessidades educacionais especiais?

Figura 2 – Qual o papel da matrícula?



• Intencionalidade pedagógica e a qualidade do ensino.

Fonte: A autora.



Como parte da diversidade humana, os alunos com necessidades educacionais especiais exigem da escola diferentes procedimentos pedagógicos, recursos variados, professores comprometidos com o processo de desenvolvimento dos alunos e outras possibilidades que colaboram para o acesso ao currículo e para o processo de ensino e aprendizagem.

Para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça, não existe apenas uma forma metodológica a ser seguida. Pode-se dizer que existem diversas possibilidades, criadas dentro de um contexto mais amplo, flexível e reflexivo de ensino que atenda às particularidades especiais de cada educando, na busca de suprir cada necessidade específica, tanto no âmbito individual como coletivo, enfatizando as potencialidades que o indivíduo possui, independentemente da sua condição. Isso, partindo sempre do princípio que o educando tem mais oportunidade de aprendizagem com os estímulos concretos e adaptados. Assim, possivelmente, terá maiores condições de superar seus limites, descobrir suas limitações e vencer os desafios.

Aranha (2000) destaca as adaptações como ações essenciais para a construção de um sistema educacional inclusivo, uma escola que esteja aberta e preparada para responder educacionalmente a todos os que a procurarem. Tudo isso faz parte do dia a dia das pessoas em um ambiente educacional. Para aqueles que atendem a educando com deficiência intelectual, transtorno global do desenvolvimento e deficiências múltiplas não deve ser diferente.



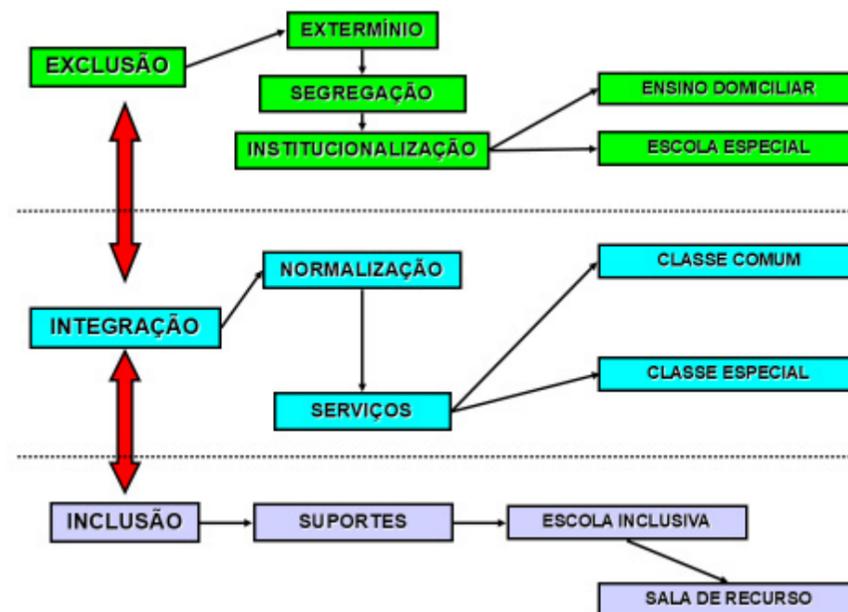
De acordo com o MEC, as adaptações curriculares são:

Respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais: a) de **acesso ao currículo**; b) de **participação** integral, efetiva e bem sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível; (BRASIL, 2000, p. 7)

É importante ressaltar que as adaptações curriculares não necessitam de autorizações de instâncias superiores, pois a implementação é totalmente realizada pelo docente comprometido com o processo de ensino e aprendizagem.

Em muitos casos, num contexto histórico e político de escolas comuns, alunos com necessidades educacionais foram e são matriculados, mas diferentes movimentos como exclusão, integração e inclusão ocorreram nas escolas até a atual concepção de inclusão. Vejamos as características que identificam cada período histórico.

Figura 3 – Mapa conceitual: exclusão, integração e inclusão



Fonte: A autora.

Hoje as escolas, no contexto legal, podem contar com profissionais especializados para oferecer suporte pedagógico e com a sala de recursos multifuncionais, que desenvolve um trabalho em conjunto com a sala comum. Atualmente a política educacional brasileira exige a transformação da escola pública em uma escola inclusiva. (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, MEC, 2008). Porém, é questionável se a escola tem recebido subsídios do Estado para essa transformação.

As práticas de exclusão, integração, segregação e inclusão ainda estão presentes nos ambientes de ensino e se configuram da seguinte forma:



Figura 4 – Exclusão x Segregação x Integração x Inclusão

Fonte: Sistemas de Gestão Integrada e Cultura Organizacional.

Na exclusão, os sujeitos ficam de fora do processo. Na segregação, eles são separados em um único lugar, como as antigas classes especiais. Na integração, é necessário que os sujeitos se adaptem ao contexto em que estão inseridos e, na inclusão, o objetivo é saber conviver e trabalhar com a diversidade humana.

Por fim, ao invés do aluno se ajustar aos padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade e pela escola, agora a escola tem o desafio de ajustar-se para atender à demanda da diversidade.





Unidade II

O Movimento Histórico-Político para o Processo de Inclusão Escolar no Brasil

O movimento pela inclusão escolar ambienta-se na década de 1990, quando eventos internacionais ampliaram as discussões a respeito da inclusão escolar. Alguns documentos do cenário mundial, resultantes desses eventos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), favoreceram as discussões e as formulações de textos legais que orientam a inclusão e a Educação Especial no cenário nacional.

No Brasil, na década de 1990 foram criadas algumas políticas públicas voltadas para a inclusão escolar, o que permite observar a influência do contexto internacional para a produção dos textos políticos no contexto nacional, conforme ilustra a imagem abaixo.

Figura 5 – Linha do tempo das políticas educacionais inclusivas



Fonte: Adaptado de Fontana, 2013.

De acordo com Fontana (2013), as duas declarações internacionais foram importantes para a consolidação de políticas voltadas para a inclusão escolar, especificamente para a Educação Especial.

A Declaração Mundial de Educação para Todos de 1990 ressalta que a educação para todos contempla todas as diferenças individuais. Já na Declaração de Salamanca, de 1994, são reforçados os princípios da educação para todos. O documento prevê que os alunos com necessidades educacionais especiais sejam matriculados preferencialmente no ensino regular.



No Brasil, foi publicada em 1994 a Política Nacional de Educação Especial, um documento que condicionou o acesso à classe regular de alunos que tivessem condições de acompanhar as atividades propostas “[...] no mesmo ritmo dos ditos normais” (BRASIL, 1994, p. 19). Observa-se que o ensino para alunos com necessidades educacionais especiais ainda ficava no âmbito da Educação Especial.

Em 1996, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Especial ganha destaque no capítulo V, em que ela é definida como modalidade de ensino que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. A lei ainda preconiza a necessidade dos sistemas de ensino se reorganizarem pedagogicamente para atender a esse público (FONTANA, 2013). Ressalta-se que, nesse mesmo documento, a Educação Física passa a ser considerada componente curricular obrigatório na Educação Básica, ou seja, também está envolvida no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos da Educação Especial.

Em 1998, são definidos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em que a Educação Especial, vinculada à concepção de educação inclusiva, também aparece. São propostas adaptações curriculares e estratégias de ensino diversificadas para os alunos com necessidades educacionais especiais.



A década de 1990 é marcada pelo reconhecimento das diversidades que existem em nossa sociedade e pelos esforços para pensar e propor políticas educacionais voltadas para a inclusão escolar. Compreende-se essa década como a responsável pelo processo de constituição da inclusão escolar no Brasil.

Nos anos 2000, as políticas e ações para a inclusão escolar são ampliadas. Nessa década os serviços de apoio especializados são detalhados e o público da Educação Especial é delimitado, visto que na década de 1990 ainda não houve clareza a respeito do conceito de alunos com necessidades educacionais especiais, conceito este apresentado na Declaração de Salamanca de 1994 (FONTANA, 2013).

Na primeira década do século XXI, podemos apontar as seguintes políticas educacionais inclusivas como importantes marcos para a inclusão escolar no Brasil.

- Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001);
- Documento Subsidiário à política de inclusão (2005);
- Programa de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (2007);
- Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008).



Para compreender o detalhamento dessas e de outras políticas de inclusão escolar, bem como o processo de desencadeamento dessas políticas, ler o capítulo II (página 22 a 35), da dissertação de mestrado intitulada *Tradução das políticas de inclusão escolar pelos gestores municipais*, de Evelline Cristhine Fontana.

Tradução das políticas de inclusão escolar pelos gestores municipais



Unidade III

Educação Física Inclusiva

A Educação Física, como componente curricular obrigatório da educação básica (BRASIL, 1996), tem como foco de trabalho o desenvolvimento humano por meio da cultura corporal. Entende-se o movimento humano como objeto de estudo, porém é importante trabalhar as questões sociais e culturais referentes ao movimento humano. Para tanto, é importante conhecer os níveis de desenvolvimento dos alunos, bem como o contexto em que eles estão inseridos.

A concepção de Educação Física inclusiva está atrelada ao respeito às diferenças individuais relacionadas à diversidade humana. Mas será a Educação Física escolar inclusiva? Todos os alunos participam das propostas de ensino? A aula é para todos?

Para o processo ensino e aprendizagem nas aulas de Educação Física, Betti (1991) considera dois princípios centrais: o da não-exclusão e o da diversidade. De acordo com o princípio da não-exclusão, os conteúdos e métodos devem alcançar a totalidade dos alunos, independentemente de suas condições físicas e cognitivas. Logo, o princípio da diversidade defende que os conteúdos devem oferecer uma variedade de atividades que permitam ao aluno escolher, de acordo com seus motivos-fins, as atividades da cultura corporal de movimento. Essas são características de uma Educação Física inclusiva.



Quando falamos de Educação Física inclusiva é importante não confundir com a Educação Física adaptada. A Educação Física adaptada é uma prática em que as atividades propostas são adaptadas para alunos com deficiências, ou seja, eles realizam as atividades separados dos demais alunos. Já a Educação Física inclusiva é para todos, isto é, todos participam juntos da mesma atividade. Portanto, é necessário que os professores conheçam as especificidades de cada aluno para que possam planejar uma aula que contemple a diversidade de cada turma.

O vídeo a seguir traz informações importantes sobre alguns marcos históricos e o processo de constituição de uma Educação Física inclusiva, quais suas características e como pensá-la no contexto da escola.

DIVERSA - Portas abertas para a inclusão - Educação Física Inclusiva no Brasil – audiodescrição

Como vimos no vídeo, primeiro tivemos uma Educação Física que não concebia, em suas aulas, alunos com dificuldades motoras ou com falta de habilidades motoras. Depois foi pensada a Educação Física adaptada, em que as atividades eram adaptadas de forma que os alunos pudessem ser grandes atletas, porém a escola é para todos.



A Educação Física inclusiva é pautada no trabalho com a cultura corporal do movimento, como a dança, o esporte, a ginástica, a luta, os jogos e as brincadeiras, porém não pautados na aptidão física, se não estaríamos excluindo uma boa parte dos alunos. O ensino deve ser organizado de forma que otimize as mais diversas formas de aprender.

Além das diferentes maneiras de aprender, é fundamental reconhecer a diversidade motora presente no contexto de ensino, por isso há necessidade de otimização das possibilidades de ensino para o desenvolvimento do sujeito.

Devemos entender a Educação Física inclusiva como a Educação Física destinada a todos os alunos.

Alguns pontos importantes a serem considerados para uma Educação Física inclusiva:

- preparar as aulas previamente, considerando-se as singularidades dos alunos;
- criar estratégias para que todos os alunos participem das atividades e alcancem os objetivos propostos;
- respeitar e considerar a diversidade cultural, étnica, racial e física dos estudantes;
- promover a interação entre os alunos, de forma que beneficie as relações sociais.



É importante considerarmos que ainda não temos uma Educação Física inclusiva em todas as escolas. Existem muitas aulas que são pensadas a partir de uma lógica tradicionalista da área. Portanto, é necessário investir em discussões e reflexões a respeito dessa temática.

Em uma escola inclusiva, entende-se como uma boa aula aquela que é para todos. Nas aulas de Educação Física, a partir da concepção da inclusão, é necessário criar condições pedagógicas para que todos tenham acesso às práticas da cultura corporal, sem distinções.

Por isso, precisamos reconhecer a escola como um espaço composto por diferentes alunos, que possuem capacidades diferentes e realidades distintas. Nesse sentido, o ensino requer procedimentos variados, possibilidades e recursos disponíveis e apoio especializado.

Assim sendo, precisamos romper com a ideia que a Educação Física é esportivista e espaço de valorização apenas dos alunos que apresentam habilidades motoras específicas para a prática esportiva. Nessa lógica, muitos alunos não se encaixam nesse perfil, como os estudantes com deficiências. Portanto, as aulas de Educação Física têm como objetivo trabalhar os conhecimentos dos elementos da cultura corporal e não desenvolver a aptidão física por meio desses conhecimentos.

As aulas de Educação Física comprometidas com o desenvolvimento humano são momentos em que todos os alunos aprendem juntos. A Educação Física inclusiva pode contar com a adaptação de recursos,



espaços, regras e sujeitos que estão envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, rompendo com padrões convencionais e pré-estabelecidos pelo contexto histórico e social.

A seguir, apresentamos uma página virtual que promove uma reflexão a respeito da importância da inclusão na Educação Física escolar.

A Importância da Inclusão na Educação Física Escolar

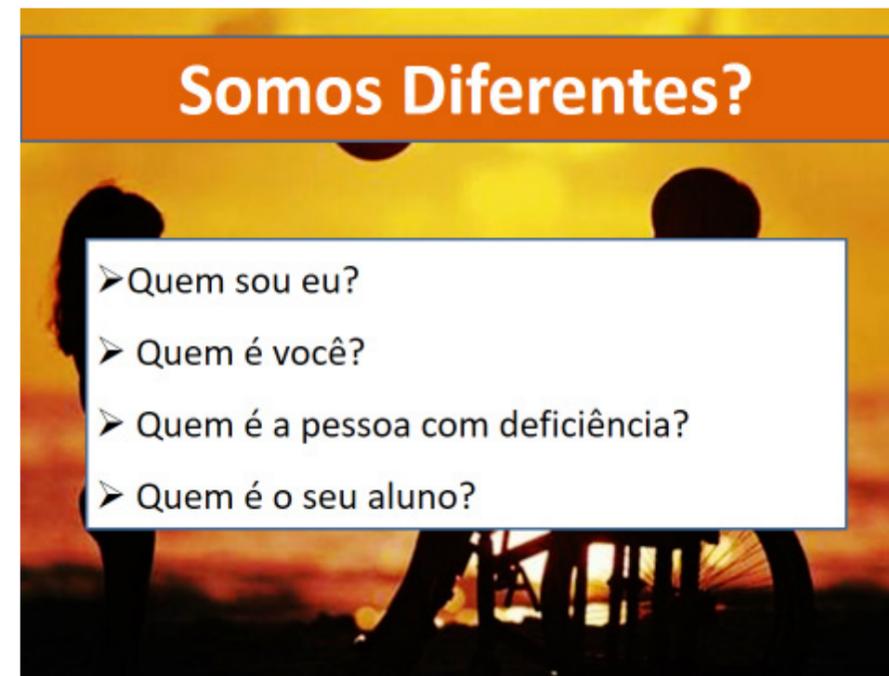
Observem que a página apresenta, também, algumas modalidades esportivas da Educação Física Adaptada.

Em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais, Mendes (2006) ressalta que para ensinar crianças com necessidades educacionais especiais não existe uma receita pronta, como muitas vezes os professores esperam receber por meio de formações continuadas. Assim, o professor é provocado a refletir, investigar, adaptar e mudar seus métodos de ensino de acordo com o desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos.

A partir do que foi apresentado e discutido ao longo do e-book, façamos algumas reflexões sobre educação, escola e aulas de Educação Física em que todos tenham acesso às mais diversas possibilidades de aprendizagem.



Figura 6 – Contexto das diferenças



Fonte: A autora.

Somos Diferentes

Cada um de nós apresenta particulares que nos tornam diferentes. Porém, algumas diferenças necessitam de um encaminhamento pedagógico que considere as especificidades na forma de aprender e de se relacionar com o meio.

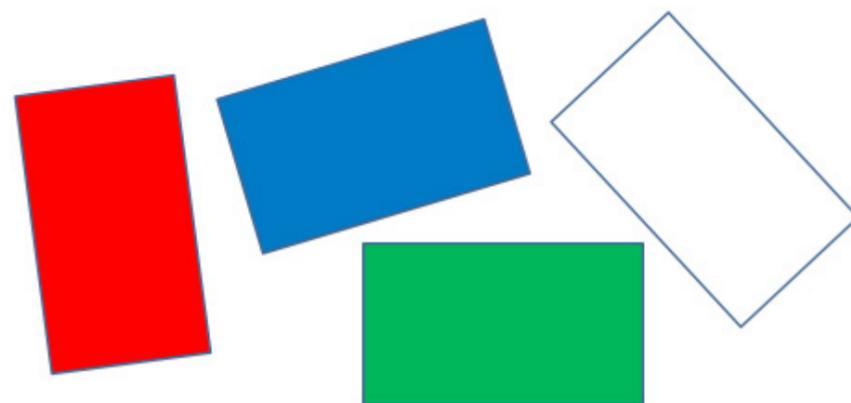
Vejamos um jogo de fichas na sua forma convencional e após algumas possibilidades de reorganização que permitem a participação e interação de alunos com necessidades educacionais especiais.



Nome do Jogo:

Figura 7 – Troca fichas

JOGO “TROCA TROCA DE FICHAS”



Fonte: A autora.

Objetivo do Jogo:

O jogo tem como objetivo principal compreender as trocas de fichas que ocorrem a cada agrupamento desejado. Os agrupamentos podem ser de dez, cinco e três fichas.

DICA: quanto maior o número para o agrupamento de fichas, mais demorado será o jogo. O jogo fica mais dinâmico com agrupamentos menores como de três e em três. Vamos utilizar esse exemplo para apresentar o jogo.

Figura 8 – Composição do jogo

COMPOSIÇÃO PARA O JOGO

Grupos de 4 alunos.



1 dado geométrico

Fichas coloridas



Fonte: A autora.

Essa é uma possibilidade de atividade para dias de chuva.

REGRAS

Joga-se um aluno por vez (lançar o dado);

A quantidade sorteada é retirada em fichas vermelhas;

A cada três fichas vermelhas troca-se por uma ficha azul;

A cada três fichas azuis troca-se por uma verde;

A cada três fichas verdes troca-se por uma branca.

VENCE O JOGO QUEM CONQUISTAR A FICHA BRANCA PRIMEIRO!!!

Para facilitar a compreensão das regras, pode-se mostrar o seguinte esquema para os alunos, que fornece as informações relacionadas às regras de uma forma mais concreta.

Figura 9 - Representação concreta das regras do jogo Troca-troca de fichas



Fonte: A autora.

Durante o jogo podem surgir algumas dúvidas, como:

Se ao lançar o dado, o número sorteado for superior ao três, como o número cinco, é necessário pegar todas as fichas em fichas vermelhas?



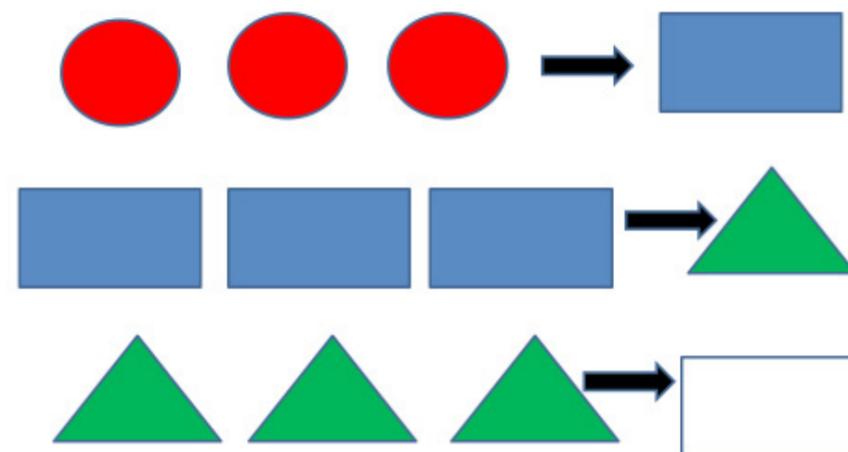
Se o aluno tiver a liberdade na forma de pegar suas fichas, vamos observar duas situações. Ele pode pegar cinco fichas vermelhas ou uma azul e duas vermelhas. As duas opções estão corretas. Porém, se o aluno escolher a primeira opção, observamos que ele ainda necessita de uma representação concreta para compreender melhor. Já na segunda opção, o aluno demonstra que tem um desenvolvimento do pensamento abstrato. Essas são informações importantes que devem ser levadas em consideração no processo de ensino e aprendizagem.

Quantas trocas são necessárias para ganhar o jogo?

Por ser um jogo de sorte, que depende da quantidade sorteada ao lançar o dado, não há um número exato de trocas. Mas, essa é uma questão que pode ser apresentada aos alunos para que eles registrem a forma como o jogo foi realizado. Esses registros podem ser expressos por meio da escrita, representação em quadro e em desenhos. É uma atividade que estimula a criatividade, a resolução de problemas e ainda fornece subsídios a respeito das formas como os alunos compreendem melhor as informações do jogo.

O jogo pode ter a participação de alunos cegos e com baixa visão, com uma simples adaptação: basta recortar as fichas com formatos de diferentes formas geométricas, como mostra a imagem abaixo.

Figura 10 – Adaptação do jogo para alunos cegos e/ou com baixa visão



Fonte: A autora.

Outra possibilidade de adaptação do jogo para esse público é colar sobre a superfície das fichas diferentes materiais que permitem uma identificação sensorial, como lixas de fogão, algodão, E.V.A, plásticos, entre outros.

As adaptações e reorganizações das atividades propostas, conforme exemplificado no jogo “troca-troca de fichas”, devem ser realizadas a partir de características específicas que a turma apresenta. Para tanto, é necessária criatividade e comprometimento dos professores para as aulas de Educação Física.



Referências

ARANHA, Maria Salete Fábio. Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, C327, 2000.

BETTI, Mauro. **Educação Física e Sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política nacional de educação especial**. Brasília. MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília. MEC, 1996.

_____. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília. MEC, 2008.

FONTANA, E. C. **Tradução das políticas de inclusão escolar pelos gestores municipais**. 2013. 106 f. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2013.

MENDES, E. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set./dez. 2006.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO
PARANÁ - UNICENTRO**

**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB**

Prof. Dr. Khaled Omar Mohamad El Tassa
Coordenador Geral Curso

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Crissi Knuppel
Coordenadora Geral NEAD / Coordenadora Administrativa do Curso

Prof. Dr. Gilmar de Carvalho Cruz
Coordenador de Tutoria

Prof. Ms^a. Marta Clediane Rodrigues Anciutti
Coordenadora de Programas e Projetos / Coordenadora Pedagógica

Espencer Gandra
Murilo Holubovski
Designers Gráfico

Anny Patterson / Pexels
Elementos gráficos